

7 — O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.

8 — O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:

a) Requerer exame na época especial a 2 (duas) unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;

b) Requerer até 5 (cinco) exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de 2 (dois) por unidade curricular;

c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva unidade orgânica.

9 — Os direitos conferidos neste ponto podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

10 — Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame, de acordo com as disposições internas da ESCS.

11 — Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 8, devem efetuar o requerimento até ao dia 21 (vinte e um) do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.

12 — Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.

13 — O acesso a exames previstos no n.º 8 só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.

14 — Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de ECTS já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.

15 — Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.

16 — Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS, num prazo máximo de 48 horas após o término da assembleia geral.

17 — Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente artigo.

18 — Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente artigo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente da unidade orgânica, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.

19 — As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pelo presente artigo aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.

20 — Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

21 — Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.

22 — No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

#### Artigo 17.º

##### Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

1 — O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:

a) Estatuto de parturiente;

b) Estatuto de mães e pais estudantes;

c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;

d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;

e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;

f) Estatuto de estudantes investigadores;

g) Estatuto de estudante portador de deficiência;

h) Estatuto de estudante portador de doença infecciosa ou com incapacidade temporária;

i) Estatuto de estudante bombeiro;

j) Estatuto de estudante voluntário.

2 — Aos estudantes mencionados no n.º anterior aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

#### Artigo 18.º

##### Prazos de emissão do diploma, suplemento ao diploma e suas certidões

1 — A emissão da certidão final do curso será feita no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias úteis.

2 — A emissão do diploma e suplemento ao diploma será efetuada no prazo de 1(um) ano após requisição.

#### Artigo 19.º

##### Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento dos cursos de Licenciatura é da responsabilidade do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

#### Artigo 20.º

##### Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

310789958

#### Despacho n.º 8630/2017

1 — Através do Despacho n.º 12011/2016, de 26 de setembro, publicado no DR, 2.ª série n.º 193, de 7 de outubro, delegou o Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa competências nos Presidentes/Diretores das Escolas sem autonomia financeira do Instituto, em matéria de autorização de despesas e pagamentos, no âmbito da execução do orçamento atribuído a cada Escola.

Assim, por força deste despacho ficou o Diretor da Escola Superior de Música de Lisboa habilitado a autorizar despesas e pagamentos até ao montante de 75.000€.

2 — Considerando que o n.º 3 do despacho supra referido autoriza o Diretor da Escola Superior de Música de Lisboa a subdelegar, dentro dos condicionalismos legais, a competência delegada no Subdiretor e no Diretor de Serviços, de forma a garantir a observância do princípio da segregação de funções, nos termos do n.º 3 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e no âmbito do despacho supra citado, subdelego:

2.1 — No Subdiretor, Prof. José António Pereira Massarrão e no Diretor de Serviços, Dr. Manuel Gabriel Rosado Esturrenho, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 75.000€, desde que respeitadas as regras previstas para a contratação pública.

2.2 — No Subdiretor, Prof. José António Pereira Massarrão e no Diretor de Serviços, Dr. Manuel Gabriel Rosado Esturrenho, a competência para autorizar pagamentos até ao montante de 75.000€, desde que a despesa não tenha sido por si autorizada.

3 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do CPA, consideram-se ratificados todos os atos que, cabendo no âmbito do presente despacho, tenham sido praticados pelos dirigentes indicados no ponto anterior em datas anteriores à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

16 de agosto de 2017. — O Diretor da Escola Superior de Música de Lisboa, *Professor Doutor Miguel Henriques*.

310790337

#### Despacho n.º 8631/2017

1 — Através do Despacho n.º 12011/2016 de 26 de setembro, publicado no DR, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2016, e do Despacho n.º 12087/2016 de 27 de setembro, publicado no DR, 2.ª série, n.º 194, de 10 de outubro de 2016, delegaram, respetivamente, o Presidente do

Instituto Politécnico de Lisboa e o Conselho de Gestão do IPL competências nos Presidentes/Diretores das Escolas. Desta forma, por força dos referidos despachos ficou o Presidente da ESTC, professor João Maria Gomes Ribeiro Mendes com a competência para a prática dos atos neles previstos.

2 — Considerando que o n.º 2 do supra citado Despacho n.º 12087/2016, do Conselho de Gestão do IPL, autorizam o Presidente da ESTC a subdelegar, dentro dos condicionamentos legais, a competência delegada nos Vice-Presidentes e no Diretor de Serviços, subdelego:

2.1 — No Vice-Presidente, Álvaro Manuel dos Santos Correia, a competência para me substituir nas minhas faltas e impedimentos.

2.2 — Na Diretora de Serviços, Maria Carlos Nunes Galheto, a competência para autorizar pagamentos até ao montante de 75.000€, bem como em matéria de recursos humanos, a competência para despachar os pedidos de regularização de relógio de ponto referentes aos funcionários não docentes.

3 — Nos termos do disposto no artigo 164.º, n.º 3 do CPA, consideram-se ratificados todos os atos que, cabendo no âmbito do presente despacho, tenham sido praticados pelos dirigentes indicados no ponto anterior em datas anteriores à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

22 de agosto de 2017. — O Presidente da Escola Superior de Teatro e Cinema, Professor Doutor *João Maria Mendes*.

310790256

## Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

### Despacho n.º 8632/2017

No uso das competências que me são conferidas pela lei, homologo o Regulamento de Prémio Francisco da Fonseca Benevides, publicado em anexo a este despacho.

Este regulamento foi homologado pelo Presidente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa em 18 de setembro de 2017 e entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

#### ANEXO

Com o objetivo de distinguir os estudantes com mérito académico excepcional nas unidades curriculares lecionadas pela Área Departamental de Física, ADF, nos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, ISEL, é criado o Prémio anual “Francisco da Fonseca Benevides”, de acordo com o seguinte regulamento.

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O Prémio “Francisco da Fonseca Benevides” destina-se a reconhecer os estudantes com mérito académico excepcional nas unidades curriculares lecionadas pela ADF dos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado do ISEL.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

1 — Estão em condições de receber o Prémio “Francisco da Fonseca Benevides” todos os estudantes dos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado do ISEL que tenham obtido, em primeira inscrição, classificação igual ou superior a 17 (dezassete) valores numa das unidades curriculares lecionadas pela ADF.

2 — O Prémio será atribuído anualmente a um estudante de licenciatura e a um estudante de mestrado, que tenham a classificação mais elevada, considerada às décimas, numa das unidades curriculares lecionadas pela ADF no respetivo ciclo de estudos.

3 — O Prémio pode ser atribuído *exaequo*.

#### Artigo 3.º

##### Júri

1 — O Júri do Prémio é constituído pelo Presidente da ADF, por dois vogais e um vogal suplente, por ele designados.

2 — O Júri reserva-se o direito de não atribuir qualquer distinção.

3 — O Júri é soberano das decisões tomadas.

#### Artigo 4.º

##### Atribuição

1 — O Prémio consiste num diploma, incluindo a citação que sustenta a distinção.

2 — O Prémio é atribuído na cerimónia de abertura solene do ano letivo no ISEL.

#### Artigo 5.º

##### Omissões

As dúvidas de interpretação e os casos omissos serão pontualmente resolvidos pelo Presidente do ISEL.

#### Artigo 6.º

##### Entrada em vigor

Este regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

18 de setembro de 2017. — O Presidente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, *Professor Coordenador Doutor Jorge Alberto Mendes de Sousa*.

310794314

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

### Aviso n.º 11523/2017

Nos termos do Despacho Normativo n.º 3/2016 de 03 de maio, do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e ao abrigo da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e do Despacho n.º 7760/2017, do Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, de 08 de agosto de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170 de 04 de setembro de 2017, que homologa a eleição para Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, do Professor Albano António de Sousa Varela e Silva e a consequente tomada de posse em 12 de setembro de 2017;

Considerando que o Professor Joaquim António Belchior Mourato, se manteve nas funções de Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre;

Considerando que o Professor Albano António de Sousa Varela e Silva, exercia as funções de Vice Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre;

Considerando que o Professor Joaquim António Belchior Mourato cessou funções com a tomada de posse do novo Presidente;

Foi nomeado o Professor Albano António de Sousa Varela e Silva para Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, com efeitos a partir de 12 de setembro de 2017.

13.09.2017. — O Administrador, *José Manuel Gomes*.

310791569

## INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

### Despacho n.º 8633/2017

Considerando:

A revogação, pelo Decreto-Lei n.º 63/2016 de 13 de setembro, do Decreto-Lei n.º 43/2014 de 18 de março, que procedeu à criação e regulamentação de um ciclo de estudos superiores não conferente de grau académico designado curso técnico superior profissional;

A alteração, pelo Decreto-Lei n.º 63/2016 de 13 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, incorporando neste, com alterações, as normas referentes aos cursos técnicos superiores profissionais;

Que o projeto de regulamento foi objeto de consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do n.º 3 do artigo 110.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

1 — É aprovado o “Regulamento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais do Instituto Politécnico do Porto” anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

2 — São revogados: o Despacho IPP/P-055/2014 de 30 de julho, o Despacho IPP/P-049/2015 de 6 de maio e o Despacho P.PORTO/P-061/2016 de 3 de junho.

25 de agosto de 2017. — A Vice-Presidente do P.PORTO, *Eng.ª Delminda Lopes*, em substituição.